

Terminal XXXIX de Santos S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1.401 a 1.405, 1.409 e 1.410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores do
Terminal XXXIX de Santos S.A.
Santos - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Terminal XXXIX de Santos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminal XXXIX de Santos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras

do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 14 de abril de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
-

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

TERMINAL XXXIX DE SANTOS S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2023	2022	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	122.178.607	103.188.668	Fornecedores	13	6.451.498	11.299.307
Contas a receber de clientes	10	11.239.935	1.732.488	Provisões e encargos sobre a folha de pagamento	14	5.263.799	4.153.032
Estoques	11	7.889.261	5.904.901	Impostos a recolher	15	8.346.392	7.917.127
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		20.981	18.795	Empréstimos e Financiamentos	16	54.105.268	9.389.440
Impostos a recuperar		43.864	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	5.487.628	703.932
Outros créditos		838.770	722.096	Adiantamento de clientes		-	21.750
Total do ativo circulante		142.211.418	111.566.948	Passivo de arrendamento	26	6.300.833	5.996.935
Não circulante				Partes relacionadas	25	191.607	156.454
Depósito judiciais		316.521	327.379	Dividendos a pagar	25	27.754.792	8.000.000
Total do realizável a longo prazo		316.521	327.379	Total do passivo circulante		113.901.817	47.637.977
Imobilizado	12	270.676.020	265.386.814	Não circulante			
Intangível		296.783	172.706	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	277.206	1.488.346
Direito de uso	26	56.168.361	56.704.166	Empréstimos e Financiamentos longo prazo	16	184.000.000	229.675.842
Total do ativo não circulante		327.457.685	322.591.065	Passivo de arrendamento	26	55.020.562	54.503.896
				Provisão para processos judiciais	19	66.965	-
				Total do passivo não circulante		239.364.733	285.668.084
				Patrimônio Líquido	20		
				Capital social		72.000.000	50.000.000
				Reservas de lucros		42.980.552	48.713.996
				Ajustes de avaliação patrimonial		1.422.001	2.137.957
				Total do patrimônio líquido		116.402.553	100.851.953
				Total do passivo		353.266.550	333.306.061
Total do Ativo		469.669.103	434.158.014	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		469.669.103	434.158.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TERMINAL XXXIX DE SANTOS S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	22	261.826.696	195.940.477
Custo dos serviços prestados	23	(107.222.309)	(83.572.006)
Lucro bruto		154.604.387	112.368.471
Despesas administrativas	23	(17.267.731)	(13.922.647)
Outras receitas operacionais	23	(12.711.653)	(4.811.270)
Despesas operacionais		(29.979.384)	(18.733.917)
Lucro antes do resultado financeiro		124.625.003	93.634.554
Receita financeira		13.381.357	16.843.508
Despesa financeira		(40.097.502)	(40.797.032)
Resultado financeiro	24	(26.716.145)	(23.953.524)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		97.908.858	69.681.030
Correntes	18	(33.814.605)	(23.433.763)
Diferidos	18	1.211.139	52.833
		(32.603.466)	(23.380.930)
Lucro líquido do exercício		65.305.392	46.300.101
Lucro básico e diluído por ação		4,60	3,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TERMINAL XXXIX DE SANTOS S.A.
Demonstrações do resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	65.305.392	46.300.101
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro abrangente do exercício	<u><u>65.305.392</u></u>	<u><u>46.300.101</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TERMINAL XXXIX DE SANTOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva para retenção de lucros	Reserva legal	Reserva para investimento			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>28.000.000</u>	<u>30.178.417</u>	<u>583.118</u>	<u>1.105.271</u>	<u>2.685.046</u>	<u>-</u>	<u>62.551.852</u>
Aumento de capital conforme AGO/E datada de 31 de maio de 2022	20.a	22.000.000	(22.000.000)	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros (R\$ por ação)		-	(8.000.000)	-	-	-	-	(8.000.000)
Realização do custo atribuído	20.d	-	-	-	-	(547.089)	547.089	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	46.300.101	46.300.101
Destinações do lucro líquido:								
Reserva legal	20.b	-	-	2.315.004	-	-	(2.315.004)	-
Reserva para investimento	20.b	-	-	-	4.630.009	-	(4.630.009)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	20.b	-	39.902.177	-	-	-	(39.902.177)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>50.000.000</u>	<u>40.080.594</u>	<u>2.898.122</u>	<u>5.735.280</u>	<u>2.137.957</u>	<u>-</u>	<u>100.851.953</u>
Aumento de capital conforme AGE datada de 30 de novembro de 2023	20.a	22.000.000	(15.000.000)	(2.000.000)	(5.000.000)	-	-	-
Distribuição de lucros (R\$ por ação)		-	(22.000.000)	-	-	-	-	(22.000.000)
Realização do custo atribuído	20.d	-	-	-	-	(715.956)	715.956	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	65.305.392	65.305.392
Destinações do lucro líquido:								
Reserva legal	20.b	-	-	3.265.269	-	-	(3.265.269)	-
Reserva para investimento	20.b	-	-	-	6.530.539	-	(6.530.539)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.c	-	-	-	-	-	(27.754.792)	(27.754.792)
Constituição da reserva de retenção de lucros	20.b	-	28.470.748	-	-	-	(28.470.748)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>72.000.000</u>	<u>31.551.342</u>	<u>4.163.391</u>	<u>7.265.819</u>	<u>1.422.001</u>	<u>-</u>	<u>116.402.553</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TERMINAL XXXIX DE SANTOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	Nota explicativa	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		65.305.392	46.300.101
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação imobilizado e amortização intangível		22.011.731	15.290.473
Amortização do direito de uso - CPC 06	26	3.419.584	3.176.800
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	33.813.569	23.228.860
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(1.211.139)	(52.833)
Valor residual do ativo imobilizado baixado		13.699.916	84.314.707
Provisão para obsolescência dos estoques	11	(66.788)	126.582
Juros de passivo de arrendamento - CPC 06	26	4.396.075	5.504.600
Juros e variação cambial s/ empréstimos e financiamentos	24	34.317.030	32.741.509
Provisão para processos judiciais	19	66.964	(3.416.372)
 (Aumento) redução nos ativos operacionais:			
(Aumento) redução em contas a receber de clientes		(9.507.447)	1.652.291
Redução em partes relacionadas		-	851.297
(Aumento) em estoques		(1.917.571)	(2.801.598)
(Aumento) em impostos a recuperar		(46.049)	(18.796)
Redução (Aumento) em depósitos judiciais		10.858	(70.798)
(Aumento) em outros créditos		(116.673)	(146.720)
 Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
(Redução) em fornecedores		(4.847.809)	(12.165.376)
Aumento em provisões e encargos sobre a folha de pagamento		1.110.767	999.249
Aumento em impostos a recolher		429.264	6.114.513
(Redução) em adiantamento de clientes		(21.750)	(1.457.386)
(Redução) aumento em partes relacionadas		35.153	(119.617)
 Juros pagos			
Juros pagos	16	(35.277.044)	(29.367.662)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	26	(2.063.214)	(772.116)
Imposto de renda e contribuição social pagos	18	(29.029.874)	(23.547.371)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		<u>94.510.945</u>	<u>146.364.337</u>
 Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	12	(40.923.312)	(178.996.206)
Aquisição de intangível		(201.619)	(19.077)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(41.124.931)</u>	<u>(179.015.283)</u>
 Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de passivo de arrendamento	26	(4.396.075)	(5.504.600)
Pagamento de dividendos		(30.000.000)	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamentos		<u>(34.396.075)</u>	<u>(5.504.600)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>18.989.939</u>	<u>(38.155.546)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		103.188.668	141.344.214
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>122.178.607</u>	<u>103.188.668</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>18.989.939</u>	<u>(38.155.546)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

O Terminal XXXIX de Santos S.A. (“Companhia”) está localizado na cidade de Santos - SP e tem como objeto social a exploração e operação de terminal portuário para granéis sólidos na área onde se localiza o Armazém XXXIX do Porto de Santos (“Terminal”). A Companhia possui contrato de exploração com a Autoridade Portuária de Santos S.A. (“APS”) com prazo de 25 anos, iniciado em 16 de outubro de 2000, sendo prorrogável por uma única vez, por prazo máximo igual ao originalmente contratado de 25 anos, mediante solicitação por escrito da Companhia. Em 1º de julho de 2015, a Companhia protocolou e apresentou à Secretaria Especial de Portos - SEP, o Plano de Investimentos Revisado, pedindo a recomposição do equilíbrio do contrato com a renovação antecipada do contrato por mais 25 anos, a partir de 2025. Em 27.03.2018 foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato 01/97-A, onde o contrato foi prorrogado até 16.10.2050 condicionado a realização dos investimentos para equipar o Berço 37, bem como a expansão da capacidade de armazenagem saindo das atuais 135.000 mil toneladas para 247.000 mil toneladas, contando com equipamentos modernos para operação e proteção ao meio ambiente.

A Companhia efetua pagamentos mensais à Autoridade Portuária de Santos (APS) e possui os seguintes compromissos, com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias, dos seguintes valores:

- (a) R\$1,44 por tonelada de mercadoria embarcada devido a utilização da infraestrutura terrestre.
- (b) R\$ 0,840 por tonelada embarcada referente a Movimentação Bx e de abril em diante passamos a pagar R\$ 0,880.
- (c) R\$ 32.776,00 mensais aproximadamente por consumo de água.
- (d) R\$ 194.266,71 de aluguel (fixo).

Com a assinatura do novo aditivo, o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC para embarque será escalonado conforme cláusula sétima, partindo de 1.832.611 toneladas em 2017 até o limite de 4.200.070 toneladas para o ano de 2034. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual (sendo as principais a apresentação de demonstrações financeiras anuais auditadas até 30 de abril de cada ano subsequente ao encerramento do exercício; obtenção e manutenção das certificações ISO 9001, 14001 e 45001; apólices de seguros com coberturas de responsabilidade civil e danos materiais em geral; e apresentação de garantia de aluguel e tarifas Portuárias para Atracação de Navios), fica sujeito à intervenção no arrendamento da Companhia desde que não tenha causas justificadoras. Existe também o compromisso de que as instalações em exploração e os bens de propriedade da APS, ora em utilização pela Companhia, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso.

Em maio de 2021 a Companhia implanta oficialmente seu código de conduta após disseminação da sua Missão, Visão e Valores em janeiro de 2021 e em agosto de 2022 o Conselho de

Administração autoriza a criação das áreas de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance em função do grande crescimento do Terminal.

Após iniciadas as obras de expansão em janeiro de 2020 em atendimento a renovação antecipada do contrato, em maio de 2021 a Companhia inaugurou o Berço 37 aumentando a produtividade e competitividade comercial.

Em agosto de 2021 a Companhia implantou o Conselho de Administração.

Em setembro de 2021 a Companhia adquiriu um empréstimo de R\$230 milhões via NCE com o Banco Itaú e prazo de pagamento de 7 anos a fim de continuar as obras da “Fase 2 e 4 do Projeto de Expansão”.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2024. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em reais, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros: classificação de instrumentos financeiros; e

Nota explicativa nº 7 (h), e 26 - Operações e classificações de arrendamento mercantil: determinação se um contrato contém um arrendamento ou não.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa nº 18 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Ativos e passivos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis às novas normas CPC's e interpretações

Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa 7 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término dos embarques efetuados.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Variações cambiais e monetárias passivas;
- Variações cambiais e monetárias ativas; e
- Rendimentos de aplicações financeiras, líquidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores dos estoques da Companhia, referem-se exclusivamente a itens adquiridos com a função de manter a manutenção das operações do Terminal.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias anuais, do ativo imobilizado para os exercícios são as seguintes:

	média ponderada - %
Móveis e utensílios	9,57
Instalações	10,00
Máquinas e equipamentos	6,50
Veículos	20,00
Equipamentos e periféricos de informática	20,00
Construção civil	2,38
Armazem	2,38
Sistema de recebimento	8,57
Sistema de expedição	6,03
Energização	5,43
Direito de uso	20,00

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Concessões

A Companhia possui concessões de serviços públicos decorrentes do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 1. A Companhia atua sob o regime de concessão, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos das interpretações técnicas ICPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão, em virtude dos preços dos serviços prestados não serem regulamentados e/ou controlados pelo poder concedente.

i. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos

iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

j. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros é calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no

reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social

As ações do capital social da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

O montante relativo aos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (“*forwardlooking*”).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”:

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em

um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de

recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a demais ativos, exceto em casos de ágios, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

m. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

n. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido no estatuto social são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido sobre esta rubrica

o. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requiere a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota explicativa nº 16, a Companhia tem títulos conversíveis que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora o passivo esteja

classificado como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não possui transações de Risco Sacado em 31 de dezembro de 2023.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação;
- Imposto mínimo complementar global;
- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); e
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	5.383.779	7.350.819
Aplicações financeiras (i)	116.794.828	95.837.849
	122.178.607	103.188.668

- (i) As aplicações financeiras representadas por títulos de renda fixa são remuneradas a 102,42% (Banco Itaú), 106,30% (Banco Votorantim) e 101,83% (Banco Santander) da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, (99,5% (Banco Itaú), 106,88% (Banco Votorantim) e 102% (Banco Santander) da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 2022), os quais apresentam liquidez diária e possuem prazo de carência para resgate inferior a 90 dias a partir da data de aplicação. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21.

10 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber de clientes	11.239.935	1.732.488

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de contas a receber de clientes está substancialmente maior em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em função do volume embarcado, com recebimento em aberto, no final do mês de dezembro de cada ano. Em dezembro de 2023 ainda não tinham sido recebidos os faturamentos equivalentes à 249.235 tons embarcadas, contra 40.730 tons em dezembro de 2022.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes é divulgada na nota explicativa nº 21.

11 Estoques

	2023	2022
Materiais de almoxarifado	7.889.261	5.904.901
	<u>7.889.261</u>	<u>5.904.901</u>

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	503.211	376.629
Adições / Reversões	<u>(66.788)</u>	<u>126.582</u>
Saldo final	<u>436.423</u>	<u>503.211</u>

12 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	2023			2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	1.004.035	(412.207)	591.828	814.599	(348.056)	466.543
Instalações	494.148	(288.487)	205.661	425.640	(250.768)	174.872
Máquinas e equipamentos	3.466.128	(3.214.230)	251.898	3.450.138	(3.166.234)	283.904
Veículos	171.672	(158.062)	13.610	171.672	(138.536)	33.136
Equipamentos e periféricos de informática	926.685	(393.354)	533.331	611.606	(258.282)	353.324
Construção civil	8.144.442	(5.704.807)	2.439.635	18.776.371	(9.158.461)	9.617.910
Armazem	10.631.929	(3.970.680)	6.661.249	-	-	-
Sistema de recebimento	7.435.290	(6.956.825)	478.465	13.078.692	(11.439.232)	1.639.460
Sistema de expedição	10.889.236	(10.076.028)	813.208	11.884.356	(10.539.214)	1.345.142
Energização	1.235.555	(1.235.555)	-	1.235.555	(1.235.555)	-
Máquinas e equipamentos - área comum	-	-	-	546.206	(546.206)	-
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	716.757	(531.632)	185.125	559.789	(492.007)	67.782
P.E Construção Civil	33.658.076	(1.522.390)	32.135.686	12.266.686	(775.104)	11.491.582
P.E Sistema de expedição	30.114.107	(15.405.736)	14.708.371	58.659.617	(18.415.221)	40.244.396
P.E Instalações	53.203.939	(4.807.758)	48.396.181	9.828.347	(1.548.073)	8.280.274
P.E Máquinas e equipamentos	15.926.311	(1.063.247)	14.863.064	239.335	(24.095)	215.240
P.E Correia Transportadora	39.993.090	(1.695.050)	38.298.040	-	-	-
P.E <i>Shiploader</i>	28.545.510	(14.741.409)	13.804.101	-	-	-
P.E Gates	459.390	(10.648)	448.742	-	-	-
P.E Silo	68.442.063	(1.370.961)	67.071.102	-	-	-
P.E Berço e Cais	1.853.037	(191.193)	1.661.844	-	-	-
P.E Outros	764.499	(78.999)	685.500	-	-	-
Benfeitoria em bens de terceiros	104.635	(3.689)	100.946	-	-	-
Outros Imobilizados em andamento	563.834	-	563.834	47.142	-	47.142
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.1 Obras Civas	1.195.543	-	1.195.543	81.574.749	-	81.574.749
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Equip. Mecanicos	11.821.499	-	11.821.499	71.936.186	-	71.936.186
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Elétrica Automação	5.311.078	-	5.311.078	19.079.532	-	19.079.532
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.4 Utilidades	6.386.113	-	6.386.113	5.894.161	-	5.894.161
Adiantamento de Imobilizado	1.050.366	-	1.050.366	12.641.479	-	12.641.479
	344.508.967	(73.832.947)	270.676.020	323.721.858	(58.335.044)	265.386.814

b. Movimentação do custo

	2022				2023
	Custo	Adições (i)	Baixas	Transferência	Custo
Móveis e utensílios	814.599	209.573	(20.137)	-	1.004.035
Instalações	425.640	48.097	(3.261)	23.672	494.148
Máquinas e equipamentos	3.450.138	46.471	(19.800)	(10.681)	3.466.128
Veículos	171.672	-	-	-	171.672
Equipamentos e periféricos de informática	611.606	232.593	(2.658)	85.144	926.685
Construção civil	18.776.371	-	-	(10.631.929)	8.144.442
Armazem	-	-	-	10.631.929	10.631.929
Sistema de recebimento	13.078.692	2.718	(5.646.120)	-	7.435.290
Sistema de expedição	11.884.356	-	(995.120)	-	10.889.236
Energização	1.235.555	-	-	-	1.235.555
Máquinas e equipamentos - área comum	546.206	-	(546.206)	-	-
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	559.789	156.968	-	-	716.757
P.E Construção Civil	12.266.686	-	(100)	21.391.490	33.658.076
P.E Sistema de expedição	58.659.617	-	-	(28.545.510)	30.114.107
P.E Instalações	9.828.347	16.414	(119.543)	43.478.721	53.203.939
P.E Maquinas e equipamentos	239.335	-	-	15.686.976	15.926.311
P.E Sistema de recebimento	-	4.884	(56.678)	51.794	-
P.E Correira Transportadora	-	-	-	39.993.090	39.993.090
P.E Shiploader	-	-	-	28.545.510	28.545.510
P.E Gates	-	-	-	459.390	459.390
P.E Silo	-	-	-	68.442.063	68.442.063
P.E Berço e Cais	-	-	-	1.853.037	1.853.037
P.E Outros	-	-	-	764.499	764.499
Benfeitoria em bens de terceiros	-	-	-	104.635	104.635
Outros Imobilizados em andamento	47.142	614.827	-	(98.135)	563.834
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.1 Obras Civis	81.574.749	13.096.302	-	(93.475.508)	1.195.543
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Equip. Mecanicos	71.936.186	12.369.204	(100.020)	(72.383.871)	11.821.499
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Elétrica Automação	19.079.532	12.937.651	-	(26.706.105)	5.311.078
I.A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.4Utilidades	5.894.161	152.163	-	339.789	6.386.113
Adiantamento de Imobilizado	12.641.479	1.035.447	(12.626.560)	-	1.050.366
	323.721.858	40.923.312	(20.136.203)	-	344.508.967

Terminal XXXIX de Santos S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

	2021				2022
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Móveis e utensílios	603.769	187.016	-	23.814	814.599
Instalações	421.835	3.805	-	-	425.640
Máquinas e equipamentos	3.340.039	154.806	(44.707)	-	3.450.138
Veículos	171.672	-	-	-	171.672
Equipamentos e periféricos de informática	353.415	283.121	(24.930)	-	611.606
Construção civil	18.776.371	-	-	-	18.776.371
Sistema de recebimento	13.714.648	-	(635.956)	-	13.078.692
Sistema de expedição	12.948.356	-	(1.064.000)	-	11.884.356
Energização	1.301.488	-	(65.933)	-	1.235.555
Máquinas e equipamentos - área comum	546.206	-	-	-	546.206
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	556.849	78.940	(76.000)	-	559.789
P.E. Construção civil	12.266.686	-	-	-	12.266.686
P.E. Sistema de expedição	58.659.617	-	-	-	58.659.617
P.E. Instalações	9.756.661	71.686	-	-	9.828.347
P.E. Máquinas e equipamentos	55.335	-	-	184.000	239.335
Outros Imobilizados em andamento	-	70.956	-	(23.814)	47.142
I. A. Proj.Exp. Obras Civis	29.452.255	52.123.155	(661)	-	81.574.749
I. A. Proj.Exp. Equip. Mecânicos	291.556	71.828.630	-	(184.000)	71.936.186
I. A. Proj.Exp. Elétrica e automac	572.383	18.529.171	(22.022)	-	19.079.532
I. A. Proj.Exp. Utilidades	4.088.154	1.826.007	(20.000)	-	5.894.161
Adiantamento de Imobilizado	62.869.221	33.838.913	(84.066.655)	-	12.641.479
	230.746.516	178.996.206	(86.020.864)	-	323.721.858

c. Movimentação da depreciação acumulada

	2022				2023
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Móveis e utensílios	(348.056)	(75.138)	10.987	-	(412.207)
Instalações	(250.768)	(37.159)	240	(800)	(288.487)
Máquinas e equipamentos	(3.166.234)	(65.149)	16.353	800	(3.214.230)
Veículos	(138.536)	(19.526)	-	-	(158.062)
Equipamentos e periféricos de informática	(258.282)	(136.627)	1.555	-	(393.354)
Construção civil	(9.158.461)	(309.637)	-	3.763.291	(5.704.807)
Armazém	-	(207.389)	-	(3.763.291)	(3.970.680)
Sistema de recebimento	(11.439.232)	(476.746)	4.959.153	-	(6.956.825)
Sistema de expedição	(10.539.214)	(412.836)	876.022	-	(10.076.028)
Energização	(1.235.555)	-	-	-	(1.235.555)
Máquinas e equipamentos - área comum	(546.206)	-	546.206	-	-
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	(492.007)	(39.625)	-	-	(531.632)
P.E Construção Civil	(775.104)	(1.922.293)	1,00	1.175.006	(1.522.390)
P.E Sistema de expedição	(18.415.221)	(10.780.407)	-	13.789.892	(15.405.736)
P.E Instalações	(1.548.073)	(2.621.884)	22.912	(660.713)	(4.807.758)
P.E Maquinas e equipamentos	(24.095)	(470.435)	-	(568.717)	(1.063.247)
P.E Sistema de recebimento	-	(2.244.380)	2.958	2.241.422	-
P.E Correia Transportadora	-	(683.058)	-	(1.011.992)	(1.695.050)
P.E Shiploader	-	(951.517)	-	(13.789.892)	(14.741.409)
P.E Gates	-	(3.063)	-	(7.585)	(10.648)
P.E Silo	-	(456.281)	-	(914.680)	(1.370.961)
P.E Berço e Cais	-	(12.354)	-	(178.839)	(191.193)
P.E Outros	-	(5.097)	-	(73.902)	(78.999)
Benfeitoria em bens de terceiros	-	(3.689)	-	-	(3.689)
	(58.335.044)	(21.934.290)	6.436.387	-	(73.832.947)

Terminal XXXIX de Santos S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

	2021	2022			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	
Móveis e utensílios	(296.879)	(51.177)	-	-	(348.056)
Instalações	(217.276)	(33.492)	-	-	(250.768)
Máquinas e equipamentos	(3.106.323)	(104.618)	44.707	-	(3.166.234)
Veículos	(111.458)	(27.078)	-	-	(138.536)
Equipamentos e periféricos de informática	(203.237)	(79.906)	24.861	-	(258.282)
Construção civil	(8.814.955)	(343.506)	-	-	(9.158.461)
Sistema de recebimento	(11.185.558)	(843.418)	589.744	-	(11.439.232)
Sistema de expedição	(10.947.991)	(522.148)	930.925	-	(10.539.214)
Energização	(1.273.095)	(2.381)	39.921	-	(1.235.555)
Máquinas e equipamentos - área comum	(546.206)	-	-	-	(546.206)
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	(556.847)	(11.160)	76.000	-	(492.007)
P.E. Construção civil	(284.437)	(490.667)	-	-	(775.104)
P.E. Sistema de expedição	(6.683.297)	(11.731.924)	-	-	(18.415.221)
P.E. Instalações	(569.139)	(978.934)	-	-	(1.548.073)
P.E. Máquinas e equipamentos	(3.228)	(20.867)	-	-	(24.095)
	(44.799.926)	(15.241.276)	1.706.158	-	(58.335.044)

d. Custo atribuído

A Companhia optou pela aplicação do custo atribuído na adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, conforme previsto na interpretação técnica ICPC 10 - Ativo Imobilizado. As respectivas avaliações estão suportadas por laudo técnico de avaliação realizado por empresa especializada independente e as taxas de depreciação dos bens avaliados foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens. O custo atribuído constituído, líquido dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizado a crédito de lucros acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido sobre o custo atribuído, em 31 de dezembro de 2023, totaliza R\$ 732.546, classificado no passivo não circulante, na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”. Veja nota explicativa 18.

e. Análise sobre o valor de recuperação dos ativos (“impairment”)

A Administração revisou o valor contábil do imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração da Companhia não identificaram indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável.

13 Fornecedores

	2023	2022
Gastos com o projeto de expansão	2.669.779	8.103.502
Tarifas portuárias relacionadas a embarque de navios	2.055.436	629.733
Serviços de manutenção	963.477	1.548.844
Locação de pás carregadeiras	145.840	137.500
Benefícios funcionários	133.227	206.069
Despesas de vigilância patrimonial	2.067	2.458
Outros	481.672	671.201
	<u>6.451.498</u>	<u>11.299.307</u>

14 Provisões e encargos sobre folha de pagamento

	2023	2022
Férias a pagar	3.222.038	2.561.683
Ordenados a pagar	612.101	470.590
INSS a recolher	674.697	519.639
FGTS a recolher	200.749	157.072
IRRF s/ salários	387.123	271.592
INSS sobre serv. Prest. Terceiros	45.596	80.086
Outros	121.495	92.370
	<u>5.263.799</u>	<u>4.153.032</u>

15 Impostos a recolher

	2023	2022
COFINS a recolher	-	69.818
PIS a recolher	-	10.176
ISS s/ faturamento	1.668.353	660.308
ISS Retido Serv. terceiros	75.815	79.976
Retenções Lei nº 10.833	52.626	71.982
IPTU a recolher (i)	6.531.758	5.802.439
Outros	17.840	1.222.428
	8.346.392	7.917.127

(i) Os valores de IPTU a recolher referem substancialmente ao montante de valores reconhecidos referentes a execução fiscal englobando os valores de IPTU dos anos de 2015, 2017, 2019 e 2020 e mais os valores de 2018 e 2021 (no montante de R\$ 5.139.834) reconhecidos em maio de 2022. Posteriormente, a cada mês os valores são reconhecidos como impostos a recolher, desta forma incluindo os valores de 2022 e 2023.

16 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	2023	2022
Capital de giro	CDI + 2,1% a.a	28/09/2028	238.105.268	239.065.282
Total			238.105.268	239.065.282
Circulante			54.105.268	9.389.440
Não circulante			184.000.000	229.675.842

O contrato de empréstimos realizados pela Companhia possuem “*covenants*”, cláusulas restritivas de vencimento antecipado da dívida que precisam ser monitoradas pela administração. Em 31 de dezembro de 2023, data da última medição anual, a Companhia estava em cumprimento com as cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros.

O respectivo contrato está garantido por aval dos sacionistas.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	Acima de 24 meses
31 de dezembro de 2023				
Empréstimos e financiamentos	238.105.268	54.105.268	46.000.000	138.000.000
31 de dezembro de 2022				
Empréstimos e financiamentos	239.065.282	9.389.440	14.941.580	214.734.262

b. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	239.065.282	235.691.435
Variações dos fluxos de caixa de financiamento:		
Juros incorridos	34.317.030	32.741.509
Juros pagos	<u>(35.277.044)</u>	<u>(29.367.662)</u>
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>238.105.268</u>	<u>239.065.282</u>

17 Plano de previdência privada

A Companhia contribui como patrocinadora, e seus funcionários também contribuem, para um plano de aposentadoria de contribuição definida, instituído em 1º de janeiro de 2004 e administrado pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. (“BrasilPrev”), denominado Plano Renda Total Terminal XXXIX Prev, cujas reservas são atualizadas financeiramente e não por meio de cálculos atuariais.

Compete à Companhia o pagamento das contribuições e à BrasilPrev a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Companhia. O plano, com os quais a companhia mantém contrato são VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) e PGDL (Plano Gerador de Benefícios Livres), os quais tem as seguintes definições básicas:

- (a) Benefícios: aposentadoria por sobrevivência, podendo a renda mensal ser vitalícia, temporária, vitalícia com prazo mínimo garantido ou vitalícia reversível ao cônjuge ou companheiro(a).
- (b) O benefício-alvo de aposentadoria por sobrevivência no plano contratado na modalidade de contribuição definida será o resultado da transformação em renda do montante de reserva acumulada durante o período de contribuição ao plano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contribuiu com aproximadamente R\$ 205.311 (R\$ 190.648 em 31 de dezembro de 2022).

18 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferido têm a seguinte origem:

	2023	2022	Resultado
Varição cambial líquida por regime de caixa	11.780	-	11.780
Provisão de Mão-de-Obra Ogmo	350.571	-	350.571
Provisão para obsolescência dos estoques	148.384	171.092	(22.708)
Provisão para processos judiciais	22.768	-	22.768
Efeitos do passivo de arrendamento - CPC 06	1.752.032	1.290.866	461.166
Custo atribuído do ativo imobilizado e diferença na depreciação fiscal e econômica	(2.562.741)	(2.950.304)	387.562
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos	(277.206)	(1.488.346)	1.211.139

	2.022	2.021	Resultado
Provisão para obsolescência dos estoques	171.092	128.054	43.038
Provisão para processos judiciais	-	1.161.567	(1.161.567)
Efeitos do passivo de arrendamento - CPC 06	1.290.866	473.274	817.592
Custo atribuído do ativo imobilizado e diferença na depreciação fiscal e econômica	(2.950.304)	(3.304.074)	353.770
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos	(1.488.346)	(1.541.180)	52.833

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos eventos.

b. Conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado é demonstrada como segue:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.908.858	69.681.030
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(33.289.011)	(23.691.550)
Reconciliação para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	685.546	310.621
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(32.603.466)	(23.380.929)
Representados por:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(33.814.605)	(23.433.763)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.211.139	52.833
	(32.603.466)	(23.380.930)
Alíquota efetiva	33%	34%

19 Provisão para processos judiciais

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a assuntos de natureza cível, trabalhista e tributária, advindos do curso normal de suas operações. De acordo com a legislação fiscal vigente, as declarações de imposto de renda da Companhia dos últimos cinco exercícios e os impostos e as contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

Riscos prováveis

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui processos classificados com riscos prováveis no montante de R\$ 66.965 (R\$ 0 em 2022).

Riscos possíveis

A Companhia ainda é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco de perda possível pelos seus assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão. Tais processos totalizam aproximadamente R\$ 11.320.211 sendo R\$ 6.766.018 referente a processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança de supostos créditos tributários de PIS/COFINS e R\$ 3.000.000 referente a contingências trabalhistas em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 10.152.807 em 2022).

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2022, a Companhia integralizou capital no montante de R\$ 22.000.000, provenientes da “Reserva de retenção de lucros”, e seu capital subscrito passou de R\$ 28.000.000 para R\$ 50.000.000, sendo representados por 7.100.000 ações ordinárias classe “A” e 7.100.000 ações ordinárias classe “B”, totalizando 14.200.000 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de novembro de 2023, a Companhia aprovou a integralização capital no montante de R\$ 22.000.000, sendo R\$ 15.000.000 provenientes da “Reserva de retenção de lucros”, R\$ 5.000.000 provenientes da “Reserva de Investimentos” e R\$ 2.000.000 provenientes da “Reserva Legal” e seu capital subscrito passou de R\$ 50.000.000 para R\$ 72.000.000, sendo representados por 7.100.000 ações ordinárias classe “A” e 7.100.000 ações ordinárias classe “B”, totalizando 14.200.000 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimento

Constituída à razão de 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto Social, destinada exclusivamente às reformas, recuperações, modernizações, ampliações e outras despesas eventuais, até o limite de 10% da receita bruta do exercício.

Reserva para retenção de lucros

A destinação dessa reserva para distribuição de dividendos ou investimentos, será deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

c. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de dividendo mínimo de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A distribuição do lucro será deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. No exercício social findo em 31 de dezembro

de 2022, por anuência dos acionistas, não houve a constituição de dividendos mínimos obrigatórios tendo em vista o projeto de expansão do terminal, em cumprimento ao 2º Termo Aditivo ao Contrato 01/97-A. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a manutenção dos dividendos mínimos obrigatórios em reserva de lucros e reserva de expansão será ratificada na assembleia geral ordinária prevista para maio de 2024.

	2023
Lucro líquido do exercício	65.305.392
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(3.265.270)
(-) Constituição de reserva para investimento - 10%	<u>(6.530.539)</u>
Base de cálculo de dividendos mínimos obrigatórios	55.509.583
Dividendos mínimos obrigatórios - 50%	<u>(27.754.792)</u>

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Custo atribuído ao imobilizado

Composto pela reserva de reavaliação constituída em exercícios anteriores em decorrência da reavaliação de ativos próprios e pela avaliação patrimonial efetuada para aplicação do custo atribuído. Em decorrência da aplicação da interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, os saldos de reserva de reavaliação foram transferidos para a conta “Ajustes de avaliação patrimonial” a fim de compor o novo saldo de custo atribuído do ativo imobilizado líquido dos tributos diferidos.

21 Instrumentos financeiros e gestão de risco

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2023	Ativos financeiros a custo amortizado	Total
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	5.383.779	5.383.779
Aplicações financeiras	116.794.828	116.794.828
Contas a receber de clientes	11.239.935	11.239.935
Outros créditos	838.770	838.770
Total	<u>134.257.312</u>	<u>134.257.312</u>
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Fornecedores	6.451.498	6.451.498
Partes relacionadas	191.607	191.607
Empréstimos e financiamentos	238.105.268	238.105.268
Passivo de arrendamento	61.321.395	61.321.395
Total	<u>306.069.768</u>	<u>306.069.768</u>

Em 31 de dezembro de 2022	Ativos financeiros a custo amortizado	Total
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	7.350.819	7.350.819
Aplicações financeiras	95.837.849	95.837.849
Contas a receber de clientes	1.732.488	1.732.488
Adiantamento a fornecedores	12.641.479	12.641.479
Outros créditos	722.096	722.096
Total	118.284.731	118.284.731
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Fornecedores	11.299.307	11.299.307
Partes relacionadas	8.156.454	8.156.454
Empréstimos e financiamentos	239.065.282	239.065.282
Passivo de arrendamento	60.500.830	60.500.830
Total	319.021.873	319.021.873

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, a Administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação.

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo.

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores possuem o valor justo que se aproximam do valor justo.

Em nenhum ano, a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.
- Risco operacional.

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e o gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração reporta-se regularmente aos acionistas sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, a fim de definir limites e controles de riscos apropriados e monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. A Companhia somente realiza operações com instituições financeiras brasileiras de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, como a atividade-fim da Companhia é caracterizada pela prestação de serviços de embarque por meio de contratos celebrados anualmente e o faturamento é efetuado por meio de embarques individuais, em que são recebidos 50% do valor antes da atracação e 50% cinco dias após a desatracação, este risco acaba sendo eliminado. Outro fator que minimiza este risco é em virtude de esses clientes serem multinacionais de renome e, principalmente, por estes manterem estoque durante todo o ano.

A Companhia atualmente está trabalhando com 100% em contratos assinados em função da demanda e negociando outros contratos de longo prazo.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía garantias cedidas a terceiros.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus serviços, o que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia garante que possui caixa à vista suficiente a fim de cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é gerenciar e controlar as

exposições a riscos de mercado, nos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco da taxa de juros: %

A Companhia está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos. A direção da Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas as suas dívidas. %

Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo de aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, sendo que se refere a uma projeção das despesas para os próximos meses. O Cenário II corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário III corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir.

Risco de taxa de juros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição			Provável	Cenários		Variação do índice	
	em 2023	Risco	%		Valor	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%	
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	116.794.828	% CDI	12,06%	14.085.456	15,08%	17.606.820	18,09%	21.128.184
Passivos financeiros								
Empréstimo	(238.105.268)	CDI + taxa fixa	13,75%	(32.739.474)	17,19%	(40.924.343)	20,63%	(49.109.212)
Total	<u>(121.310.440)</u>			<u>(18.654.018)</u>		<u>(23.317.523)</u>		<u>(27.981.027)</u>
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>(4.663.505)</u>		<u>(9.327.009)</u>

Risco de taxa de juros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição			Provável	Cenários		Variação do índice	
	em 2023	Risco	%		Valor	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%	
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	116.794.828	% CDI	12,06%	14.085.456	9,05%	10.564.092	6,03%	7.042.728
Passivos financeiros								
Empréstimo	(238.105.268)	CDI + taxa fixa	13,75%	(32.739.474)	10,31%	(24.554.60)	6,88%	(16.369.73)
Total	<u>(121.310.440)</u>			<u>(18.654.018)</u>		<u>(13.990.514)</u>		<u>(9.327.009)</u>
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>4.663.505</u>		<u>9.327.009</u>

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento da Companhia. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional a fim de evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, bem como danos à sua imagem, buscando eficácia na gestão de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Gerência da Companhia. Para garantir a efetividade dos controles, a Companhia implementou a área de Controles Internos e Gestão de Riscos para gerenciamento de ações mitigadoras, de monitoramento e revisão de controles.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, criando a sustentação do desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para as acionistas.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas, relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Com vistas à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

22 Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita de serviços prestados	279.313.654	210.281.706
(-) Impostos sobre receita bruta	<u>(17.486.958)</u>	<u>(14.341.229)</u>
Receita operacional líquida	<u>261.826.696</u>	<u>195.940.477</u>

23 Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Pessoal	(40.768.512)	(30.661.809)
Depreciação	(21.934.287)	(15.161.197)
Tarifas portuárias	(17.544.654)	(10.600.183)
Estiva	(15.161.173)	(11.549.138)
Gerais	(12.238.564)	(8.512.179)
Manutenção	(7.403.947)	(5.852.268)
Amortização de direito de uso	(3.419.584)	(4.624.770)
Aluguel de equipamentos (i)	(3.373.112)	(2.336.412)
Tributárias	(1.336.807)	(6.499.972)
Serviços prestados por terceiros	(1.309.400)	(1.696.725)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	<u>(12.711.653)</u>	<u>(4.811.270)</u>
	<u>(137.201.693)</u>	<u>(102.305.923)</u>

	2023	2022
Custo dos serviços prestados	(107.222.309)	(83.572.006)
Despesas administrativas	(17.267.731)	(13.922.647)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (a)	(12.711.653)	(4.811.270)
	<u>(137.201.693)</u>	<u>(102.305.923)</u>

(a) Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	2023	2022
Projeto Expansão (ii)	(12.079.085)	(6.981.517)
Outros	(632.568)	2.170.247
	<u>(12.711.653)</u>	<u>(4.811.270)</u>

- (i) As despesas com aluguel de equipamentos se referem substancialmente a locação de locomotiva utilizada na descarga, para manobra interna de vagões no montante de R\$ 1.108.829, plataformas elevatórias para manutenções diversas no montante de R\$ 510.761 e outras máquinas e equipamentos de forma esporádica no fluxo das operações no montante de R\$ 107.774. Estes aluguéis não estão no escopo do CPC 06 por se tratar de contratos de baixos valores e de curtíssimo prazo e, desta forma, são registrados no resultado do exercício quando incorridos. Está no escopo apenas o contrato de locação das Pás Carregadeiras, que no ano totalizou o montante de R\$ 1.648.747.
- (ii) As despesas com o Projeto expansão refere-se substancialmente a gastos com esta finalidade, tais como acessoria de engenharia, locações de plataformas, ajustes em equipamentos.

24 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras em renda fixa	12.263.546	14.541.203
Descontos obtidos	1.341	128
Juros ativos	281.173	382.735
Variações cambiais ativas	814.331	1.919.442
Variações monetárias ativas	20.966	-
	<u>13.381.357</u>	<u>16.843.508</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(28.189)	(22.640)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(34.317.030)	(32.741.509)
Ajuste a valor presente	(4.396.075)	(5.504.599)
Variações cambiais passivas	(1.353.664)	(2.455.808)
Juros passivos	(2.544)	(72.476)
	<u>(40.097.502)</u>	<u>(40.797.032)</u>
	<u>(26.716.145)</u>	<u>(23.953.524)</u>

25 Partes relacionadas

a. Controladoras

A Companhia é controlada em conjunto por Rumo S.A. e Caramuru Alimentos S.A..

b. Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes

relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladoras, as quais foram realizadas para os respectivos tipos de operações:

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são conforme abaixo:

Contas a pagar	2023	2022
Caramuru Alimentos S.A.	191.607	156.454
Total do contas a pagar	<u>191.607</u>	<u>156.454</u>
Dividendos a pagar	2023	2022
Caramuru Alimentos S.A.	13.877.396	4.000.000
Rumo S.A.	<u>13.877.396</u>	<u>4.000.000</u>
Total dos dividendos a pagar	<u>27.754.792</u>	<u>8.000.000</u>
Total geral	<u><u>27.946.399</u></u>	<u><u>8.156.454</u></u>

Movimentação de dividendos estão apresentadas conforme abaixo:

	2023	2022
Saldo inicial	8.000.000	-
Distribuição de lucros	22.000.000	8.000.000
Distribuição de lucros - pagos	(30.000.000)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 50%	<u>27.754.792</u>	-
Saldo final	<u><u>27.754.792</u></u>	<u><u>8.000.000</u></u>

As transações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são conforme abaixo:

Caramuru Alimentos S.A.	2023	2022
Receitas:		
Receita de serviços prestados	<u>9.684.944</u>	<u>15.851.381</u>
Total das receitas de serviços prestados	9.684.944	15.851.381
Custos dos serviços prestados e despesas operacionais:		
Custos e despesas com operação portuária + Rateio CSC	<u>(2.256.501)</u>	<u>(2.902.663)</u>
Total dos custos e despesas operacionais	(2.256.501)	(2.902.663)
Rumo Malha Paulista S.A. & Elevações Portuárias S.A.	2023	2022
Custos dos serviços prestados e despesas operacionais:		
Despesas com aluguel de locomotiva	(1.221.851)	(1.221.851)
Rateio de custos CSC Intragruppo	-	(369.216)
Total dos custos e despesas operacionais	<u>(1.221.851)</u>	<u>(1.591.067)</u>

c. Remuneração da Administração

Em 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 1.678.336 (R\$ 930.151 em 2022) e inclui salários e benefícios variáveis.

d. Compromissos contratuais com partes relacionadas

A Companhia foi contratada por Caramuru Alimentos S.A. para prestação de serviços de armazenagem, embarque de grãos para exportação em sistema de pool no terminal da contratada, localizada no Porto de Santos, de um volume estimado de 147.000 toneladas de Farelo de Soja, com tolerância de 10% para mais ou menos do contratado. A quantidade total contratada foi embarcada em 31 de dezembro de 2023, considerando o percentual de tolerância previsto no contrato.

26 Direito de uso e passivo de arrendamento

a. Arrendamentos como arrendatário CPC 06

Considerando os requisitos da norma, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros dos arrendamentos, anteriormente registradas como despesas de arrendamento operacional.

A Companhia é arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 45.000 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas.

O contrato de arrendamento possui prazo de vigência até outubro de 2050.

A Companhia também é arrendatária de quatro Pás Carregadeiras e Escavadeira utilizadas para auxiliar no escoamento dos produtos que são embarcados.

Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia.

(i) Ativos de direito de uso

A movimentação do direito de uso, foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	45.467.513
Remensuração	14.413.453
Amortização	<u>(3.176.800)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>56.704.166</u>

Composição

Valor do custo	61.328.937
Amortização acumulada	<u>(4.624.770)</u>
Imobilizado líquido	<u>56.704.166</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2022	56.704.166
Remensuração	2.883.779
Amortização	(3.419.584)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	56.168.361

Composição

Valor do custo	59.587.945
Amortização acumulada	(3.419.584)
Imobilizado líquido	56.168.361

(ii) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	46.859.494
Remensuração de contratos	14.413.452
Pagamento de principal	(5.504.600)
Pagamento de juros	(772.116)
Juros provisionados	5.504.600
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>60.500.830</u>
Passivo circulante	5.996.935
Passivo não circulante	54.503.896
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>60.500.830</u>
Remensuração	2.883.779
Pagamento de principal	(4.396.075)
Pagamento de juros	(2.063.214)
Juros provisionados	4.396.075
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>61.321.395</u>
Passivo circulante	6.300.833
Passivo não circulante	55.020.562

Como descrito acima, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de 7,36%, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento e a natureza e qualidade de possíveis garantias a serem oferecidas.

De acordo com a legislação tributária vigente, a Empresa tem o direito de tomar créditos de PIS e Cofins sobre o fluxo de pagamentos para liquidação do seus passivos de arrendamento. O potencial crédito a ser tomado com base nesses fluxos de pagamentos em 31 de dezembro de 2023 é de cerca de R\$ 5.672.229 (R\$ 5.596.327 em 31 de dezembro de 2022).

(iii) Opções de prorrogação

Alguns arrendamentos de propriedades contém opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 328.050.000 (R\$ 304.050.000 em 31 de dezembro de 2022), referindo-se a danos

materiais, responsabilidade civil com a apólice de Operador Portuário com cobertura de R\$ 154.050.000 e Danos Físicos a Bens Móveis e Imóveis, com cobertura de R\$ 124.000.000.

Antônio Ismael Ballan
Diretor Superintendente

Altamir Perottoni Junior
Diretor Operacional

Ademilson Vitorino Alves
Contador
CRC 1PR 031013/O “T” SP